Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

serviço de Notícias – INFRAEnergia

Brasília, 14/08/18 às agências "@AN.TV"
ANÁLISE

Bom dia, "@AN.TV"!
Nesta edição da INFRAEnergia: Transmissão | Transmissão no setor | Revolta BRDE | Óleo e Gás | Fundo ETB | Leilões

JUDICIALIZAÇÃO NA TRANSMISSÃO CHEIA A R$ 5,9 BI E SE TORNA UM GRANDE PROBLEMA, DIZ ABRATE

Leia mais e veja exemplos, na agência JOTA:
A judicialização no setor de transmissão já chega a R$ 5,9 bilhões, alerta presidente da Abrate (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica), Mário Miranda.

Ele lamentou que apenas a revisão no último mês de julho as primeiras parcelas das indenizações sobre os investimentos feitos na infraestrutura, a RBSE (Rede Básica Sistemas Existentes), uma conta de R$ 62,2 bilhões que será paga via tarifas nos próximos dois anos.

Mas, segundo Miranda, 3,8% desse valor, ou R$ 5,9 bilhões, já estão em decisões judiciais que respaldam o seu pagamento. O presidente da Abrate afirma que essa diferença tem um direito certo que é a recuperação de equipamentos de transmissão, que estão no fim de sua vida útil.

"Temos uma preocupação muito séria e muito sensível, a partir 2020 está com uma preocupação. Dos equipamentos de transmissão que são fruto dos objetos de licitação, 70% deles, [inaudível], são 2020, sendo 100%", disse Miranda em entrevista à **Agência INFRA**. Veja a seguir as principais trechos:

Como está a questão da indenização da RBSE (Rede Básica Sistemas Existentes)? As empresas já estão recebendo os recursos?
Ainda estamos recebendo desde julho. Como são três anos mediados, fez a primeira parte do ano total deste ano. Só que 3,8% já estão judicializados, o que representa R$ 5,9 bilhões das quase R$ 62 bilhões de indenizações. Esse é o problema: os concessionários industriais entenderam que não devem pagar, que quem deveria pagar era a Aneel, a Transco Nacional. Não temos que solucionar isso para ter direito para investir no próprio setor elétrico.

Um ponto que não estamos discutindo com a ONS é sobre o cronograma das transmissões. Essa é uma preocupação muito séria e muito sensível. Dos equipamentos de transmissão que são fruto dos objetos de licitação, 70% deles, [inaudível], são 2020, sendo 100%. A partir de garantias a partir de R$ 20 bilhões para a substituição. Essa é o problema que temos.

Os recursos para a renovação dos equipamentos vem da RBSE?
A contestação da RBSE, que é o pagamento devido à Rede Básica Existente 3,7%, é o recurso que não temos que ter assegurado para fazer isso. Estamos com 85 mil equipamentos que envelheceram a vida útil e está agora não só indo para uma ONS e programa de substituição de 20 mil. E problema financeiro nosso, isso é não precisa ponto ter performance negativa do sistema de transmissão. Há muito tempo, vai dois ou três anos, não tem problema na transmissão.

Não temos que deixar as equipamentos em condição de operar para 2060. Para a energia que vai passar naquela linha, naquela substituição, e que a linha máxima prometida. Se vai passar 50% ou 20% não é problema nosso. O nosso problema é deixar linha a não disponível.

O Brasil tinha em linhas de transmissão cigarrilha 12 vezes ao mundo no início de Equador ou metade do caminho para a Lua. São 210 mil quilômetros de linha de transmissão no Brasil. Então estamos trabalhando com isso no sistema de R$ 22 bilhões e é esse direito objeto da concessão que não vamos usar para substituir esses equipamentos em alto anos.

Qual é a sua avaliação sobre as tarifas?
Na nossa área, não estamos em ambiente de revisão tarifária, que deveria ser dar agora a partir de julho. Mas as precedentes não foram muito claros. A ANEEL está revisionando para a ano que vem, e inclusive trazendo a metade dos revisão tarifária. A expectativa nossa é que a tarifa contemplar todos os nossos custos, que recomeça as diferenças de legislação de empresas. Em uma CTEEP, por exemplo, há três redesses para buscar um equipamento em caso de falha, uma Chesf ou uma Eletronorte, se tiver uma falha lá no interior do Maranhão, a Máxima vai fica em São Paulo. É outra logística. Devemos haver distribuição dessas logísticas, que atenderão os custos operacionais das empresas.

Os concessionários estão pagando uma conta muito alta, e só a RBSE são R$ 62 bilhões.
Na a melhor solução encontrada. Recomenda da própria que a governo encontrou as Congressos, dentro da CP 23, em vez de pagar em uma área, o Ministério de Minas e Energia hacia propunha 20 anos. Já a ANEEL, a partido do deputado Pedro Garcia (DM-MT), fez o levantamento e compreendeu que, se mudasse de uma para 20 anos, o consumidor iria pagar adicionalmente R$ 34,5 bilhões.

Como avalia os leilões de transmissão?
A leilão foi surpreendentemente bom. Não estamos preocupado avaliar as condições, pelas quais houve aquele deságio extremamente recorde de 19%. A gente pode confiar nesse deságio alto primeiro da avaliação de leilões de infraestrutura no Brasil. Não tão estamos cerca bilhões de perto, aeroportos, de estradas, outras hidelétricas, que são interessa ao seu capital. Na verdade, isso reflete que todo o dinheiro e recursos foram direcionados ao leilão de transmissão e "está sobrando dinheiro".

Claro que não foi com que a coisa do dinheiro direcionar, mas a procura internacional por investimento para o Brasil reduziu e o dinheiro lá foi está barato. Esta é uma conclusão. A segunda é que nós estamos com baixa taxa de crescimento econômico e também o mercado de energia elétrica cuja coisa, do distribuidoras não está crescendo tanto, não está tendo tarifas de geração e a crise cuna que está tendo na infraestrutura é a tarifa de transmissão. Com isso é também devido a conjuntura econômica do Brasil o parque industrial está ociosos. Então, então consequentemente baixou os equipamentos.

A privatização da Eletrobras pode ter algum impacto nas transmissoras?
A Eletrobras detém 50% de metade do leste de leilão de transmissão. Ela arrematou 50% do total que era ficlada o ano. Então a Eletrobras precisa recuperar urgentemente esse valor de mercado dela, mas com sustentabilidade. Do seja, toda mudança decisiveste da Eletrobras é de ir ao leilão puxar com tarifas não mais patrióticas, mas com tarifas com retorno de sustentação para elas. A atual direção da Eletrobras tem calcada muito isso. Vai passar por alguns desconfortos porque ela pretende vender algumas sociedades de propósitos específicos, mas a intenção é reforçar a Eletrobras para comprir o papel histórico de ser ator a investir no Brasil.

Acredita que as estatais poderão ter uma participação menor no futuro?
Não. Isso é um passo para não que a eficiência e eficiência. Se mesmo, a gente chama de gasto. Nosso para gerar calculada. Isso é estratégico para mesmo. Na situação em que a Eletrobras retoma o o custo para ela era mais, com do que para as outras competitivas. Então ela Fusca em condição desfavorável. Ou mais entrouxer no leilão com o custo de eficiência mais barato. Para a Eletrobras o custo do eficiência era mais caro por causa dos custos operacionais da empresa. Hoje ela consegue reduzir bastante o gasto do endividamento e a vinal de risco dela melhorou. Hoje ela está próxima dos mesmos custos de capitação financeira. Isso traz diferença. O grau de investimento da Eletrobras tinha um pouquinho perfil, ela precisava de cifa resultados líquidos para pagar a dívida. Hoje, já está em leito. Está muito bem. Do largo prazo, o resultado de cerda será positivo. Isso é só um ajuste afinado a sustentabilidade econômica-financeira.

Então podem estar achando que a Eletrobras vendeu 70 GW seja nada, mas não acho que seja. Pode ser que tenha 5W excedentes que poderia até discutir que não deveriam ser vendidas, mas tem muitas GW deficitárias. Então, eíscriem que fazer uma depuração e tem que fazer um grau de sustentação, de equilíbrio econômico e financeiro. A Eletrobras entende que seria com a alienação dessas ações que eíscriem, mas o que a Eletrobras quer é saber o investir no Brasil. Ela tem tecnologia e capacitação. O quanto técnico é altamente especializado.

ABDIB PROMOVE FÓRUM SOBRE INFRAESTRUTURA COM CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

da Agência INFRA
Candidatos presidenciais participarão no próximo segunda feira (20) do "ABDIB Fórum - Agenda de Infraestrutura com Presidenciáveis", promovido pela ABDIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base), em São Paulo.
Os confirmados presença no encontro são os ex-ministros Marina Silva (Rede), Fernando Haddad (PT), representando o candidato registrado Lula, Ciro Gomes (PDT), Henrique Meirelles (MDB) e Geraldo Alckmin (PSDB), por Bolsonaro (PSL), também convidado, ainda não confirmou.
A abertura do evento, que será no Hotel Tivoli Mofarrej, em São Paulo, está marcada para 9h. Cada candidato, a partir das 9h30, terá cerca de uma hora para apresentar suas propostas e responder a perguntas por cerca hélias pela organização.
Após o encerramento do fórum, a ABDIB promoverá um jantar para os candidatos, a partir das 19h.
A ABDIB, que reúne representantes de diversos segmentos do setor de infraestrutura, tem entre seus associados mais de 200 associados, representantes das maiores empresas nacionais e principais entes do setor de infraestrutura do país.
O documento defende que o futuro presidente apresente um conjunto de reformas para "a expansão sustentável do setor produtivo e da infraestrutura" que passam por equilíbrio das propostas de cálculos, juros e subsídios; reforma tributária; ajuste fiscal que inclua a reforma da Previdência; e a definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para o país.
Todos apresentados também aspectos específicos como a criação de 242 jovens substituir impostos sobre o consumo **e uma** definição de objetivos para o crescimento industrial e uma política pela recuperação da capacidade de pagamento do setor e metas e tempo para.
O documento também aponta como necessária uma maior segurança jurídica para que as empresas possam ter um ambiente adequado para o investimento e definitivo solução para os desequilíbrios causados no sistema de concessões decorrência de acontecimentos, entre eles a reprogramações dos investimentos em rodovias.
editor@agenciainfra

ABDIB PROPÕE REQUISITOS DE RPO POI APROVADA PELA ANEEL

da Agência INFRA
A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou a adequação das regrinhas do RPO (Reservas de Potência Operacional) dos procedimentos do setor em função do crescimento da participação da fonte eólica no mato elétrico. A decisão ocorreu nessa segunda-feira (13) na reunião pública da agência.
A adequação nas regrinhas deverá ser utilizada (RO-para subsistema Nordeste e RS) para o subsistema Sul, tanto para a elevação, quanto para a redução da geração, em relação à geração eólica prevista para cada intervalo de programação.
A adequação nas regrinhas de reserva operacional para o setor desequilibrou os balanços cerca geração na operação de um sistema elétrico. Isso ocorre pelas diversas da previsão da geração, das intermitências eólica submetendo a dos cargo.

RAP da transmissão
A agência também aprovou a realização de audiência pública para regulamentação da revisão periódica das RAP (Receitas Anuais Permitidas) das instalações de transmissão.
A chamada decisão, que unanimidade, iniciou-se a 37 Reunião Ausiliário Pública (SUSTA) de 13 de agosto a 17 de setembro de 2018, para coletar informações adicionais com o objetivo de aprimorar a proposta de regulamentação da revisão periódica das receitas.
editor@agenciainfra

O relatório também aponta que a ANEEL aprovou o RO-Lote Nordeste Gerdarcia de 16 a 20 de agosto, e RO-Lote Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, de 23 a 27 de setembro de 2018.
Para calcular a receita, a agência considera a variação de custos associados à prestação do serviço. O cálculo leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica e os encargos setoriais.
editor@agenciainfra

DIÁRIO OFICIAL

Diretoria – Resolução Autorizativa 7.237 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) renovou Resolução Autorizativa nº 6.858/2017 que autorizou Companhia Energética e Transmissora de Energia a implantar reforços nas Linhas de Transmissão 230 kV Barreiras e adaptações e as parcelas de RAP (Receita Anual Permitida).
Chef – Portaria nº 1.183 de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera a Portaria nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Diretoria – Despacho nº 2.187 de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera o Despacho nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Estabelecimento – Despacho nº 2.187 de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que estabelece as parcelas de RAP (Receita Anual Permitida) das instalações de transmissão.
Partes – Despacho 2.455 de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera o Despacho nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Edital – Edital de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera o Edital nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Ata – Ata de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera o Ata nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Portaria – Portaria nº 1.183 de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera a Portaria nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Edital – Edital de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera o Edital nº 1.184/2017 que dispõe sobre a Ouvidoria da Agência.
Ata – Ata de ontem (quinta-feira) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que altera a